

OS IMPACTOS DA ADOLESCÊNCIA TARDIA NA COMUNIDADE LGBTQIAPN+: uma análise pelas políticas sociais

Camila Pinto Nascimento¹

Daniel Roberto Rocha Sousa²

Resumo: Este artigo objetiva analisar como as políticas sociais tem operado (ou não) nos impactos da Adolescência Tardia na comunidade LGBTQIAPN+. Esse fenômeno psicossocial é caracterizado pelo prolongamento das características típicas dessa fase para a vida adulta, sendo acentuada na comunidade LGBTQIAPN+, devido à repressão e ao preconceito enfrentados durante o desenvolvimento da identidade sexual e de gênero. Tal fenômeno resulta em barreiras sociais, emocionais e psicológicas, gerando dificuldades de integração social e profissional. A pesquisa foi realizada através de uma revisão integrativa da literatura em estudos que envolvem o desenvolvimento emocional e social tardios da comunidade LGBTQIAPN+ e as políticas sociais voltadas para essa população. Assim, entendemos que os programas de atenção à saúde mental, apoio psicológico, inclusão digna no mercado de trabalho e o acesso intransigente à Assistência Social são apresentados como meios essenciais para minimizar os efeitos da exclusão social e garantir os direitos sociais dessa população.

Palavras-chave: Comunidade LGBTQIAPN+. Política Social. Adolescência Tardia.

Abstract: This article aims to analyze how social policies have operated (or not) in the impacts of Late Adolescence on the LGBTQIAPN+ community. This psychosocial phenomenon is characterized by the prolongation of the typical characteristics of this phase into adulthood, being accentuated in the LGBTQIAPN+ community, due to the repression and prejudice faced during the development of sexual and gender identity. This phenomenon results in social, emotional and psychological barriers, generating difficulties in social and professional integration. The research was carried out through an integrative review of the literature in studies involving the late emotional and social development of the LGBTQIAPN+ community and social policies aimed at this population. Thus, we understand that mental health programs, psychological support, due and dignified inclusion in the labor market and uncompromising access to social assistance are presented as essential means to minimize the effects of social exclusion and guarantee the social rights of this population.

Keywords: LGBTQIAPN+ Community. Social Policy. Late Adolescence.

1 INTRODUÇÃO

Referência de vida, acolhimento, noção de pertencimento e autoestima são aspectos sociais que, geralmente, se constroem durante a infância e a adolescência, os quais compõem a construção da identidade de uma pessoa e as suas próprias características ao longo de

¹ Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, camilanascim2002@gmail.com.

² Graduando em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, danielrobertosousa12@gmail.com.

suas experiências (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras, 2003). Se trata das primeiras vivências da construção de qualquer ser social, logo, sabe-se que as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, assim como todo indivíduo e cidadão, passam por esse processo no decorrer de suas vidas.

Entretanto, pensando nas expressões da LGBTfobia, a qual se caracteriza como todo e qualquer atentado à vida, à liberdade, à individualidade e aos direitos sociais de qualquer pessoa por sua identificação de sexualidade e de gênero, torna-se inegável considerar os atentados e os danos físicos e mentais que essas pessoas sofrem e apontar como este sofrimento acaba por gerar uma negação e uma não-expressão dos aspectos desse processo para essas vidas, o que gera impactos como o fenômeno da Adolescência Tardia.

Assim, é possível entender que este fenômeno se configura como um agir comportamental emocional atribuído às idades de 12 a 19 anos vivido tardiamente nas experiências de vida da fase adulta dessas pessoas. Se tratando de um recorte para a comunidade LBTQIAPN+, esta conjuntura se expressa ainda mais, devido ao fato de que os seus integrantes não têm a mesma liberdade de expressar suas identidades e subjetividades ao longo do desenvolvimento da vida como as pessoas cis-heteras.

Outrossim, é comum que o ciclo de repressão, que geralmente ocorre dentro do próprio espaço familiar e nos primeiros espaços sociais, seja quebrado apenas na fase adulta com a “independência financeira”, momento esse no qual, comumente, o fenômeno acaba por se expressar, o que pode ser sentido como um sentimento de liberdade de identidade e de sexualidade, pode acabar se tornando um amontoado de vivências do processo desenvolvimentista do próprio ser, sendo abarcado pela “idade incompatível” e muitas outras responsabilidades da vida adulta, com cargas emocionais profundas (patológicas, até) e expressões da questão social no que tange toda sua nova conjuntura de vida, desde o seu trabalho até a sua rede de apoio.

O interesse pela temática exposta acima surge a partir de experiências pessoais e próximas dos autores que envolvem as expressões da questão social ligadas ao fenômeno com este recorte social. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar como as políticas sociais tem operado (ou não) nos impactos da Adolescência Tardia na comunidade LGBTQIAPN+.

Nesse sentido, realizou-se uma revisão integrativa da literatura acerca da temática, com o afã de obter dados quantitativos e qualitativos para prosseguir na elaboração do artigo, pois é de extrema importância agregar à construção de conhecimento e ao avanço de pesquisas e de ensaios que discutam a temática, em prol do saber científico da área e,

principalmente, em prol da lida cotidiana da comunidade LGBTQIAPN+ e dos profissionais que atuam em seus atendimentos na esfera psicossocial e demais.

Através dessa revisão, utilizando a SciELO, o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES como bases de busca, foram selecionados trabalhos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, utilizando-se do recorte temporal dos últimos 4 anos, isto é, de 2020 a 2024; os critérios de inclusão tiveram como base estudos que envolvessem a comunidade LGBTQIAPN+ ou que abordassem questões de identidade de gênero e de orientação sexual, buscando o enfoque de pesquisas que investigassem a Adolescência Tardia, o desenvolvimento emocional e social tardio, bem como as Políticas Sociais direcionadas à comunidade LGBTQIAPN+.

Dessa maneira, dado os objetivos deste trabalho, para além da introdução e considerações finais, este artigo apresenta outros dois tópicos. Inicialmente, uma discussão acerca dos impactos da Adolescência Tardia na comunidade LGBTQIAPN+, e, num segundo momento, um parâmetro das políticas sociais voltadas à assistência das pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

2 A ADOLESCÊNCIA TARDIA E SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE LGBTQIAPN+

Segundo Heilborn (2006), a segunda fase do ciclo de vida é a adolescência, um período de muitas incertezas e transições significativas, os jovens lidam com a perda da infância e a transição para a vida adulta. Steinberg (2014) destaca as mudanças físicas e emocionais que moldam o comportamento dos adolescentes durante esse processo, transformações essas que podem resultar em atitudes impulsivas, refletindo a busca por autodescoberta em novas experiências de vida. Husserl (2012) sugere que essa fase pode ser vista como uma oportunidade para o desenvolvimento de uma consciência mais profunda, onde os jovens exploram suas curiosidades e aspiram por um sentido mais amplo em suas vidas.

Intrínseco a isso, entende-se que o fenômeno da Adolescência Tardia se refere ao prolongamento das características e comportamentos típicos da adolescência para além da faixa etária convencional. Mas também, para a comunidade LGBTQIAPN+, esse fenômeno tende a ser mais exacerbado devido a descoberta e a aceitação, geralmente, tardia de suas identidades sexuais e/ou de gênero, frequentemente causada pela repressão ou medo de rejeição social.

Nesse sentido, a Adolescência Tardia acentua os impactos da LGBTfobia através dos preconceitos e das discriminações baseados na orientação sexual e na identidade de gênero que, muitas das vezes, força jovens LGBTQIAPN+ a “esconderem” ou negarem suas subjetividades até mais tarde em suas vidas. Tal situação pode atrasar o desenvolvimento emocional, social e, até profissional, resultando em um prolongamento da adolescência, onde esses indivíduos só começam a vivenciar certas experiências típicas de autodescoberta e liberdade de expressão na fase adulta da vida.

Da mesma maneira, há uma grande possibilidade de se depreender em consequências psicológicas graves, como ansiedade, depressão e sentimentos de isolamento. Facchini e França (2019) discutem a relação entre a marginalização da comunidade LGBTQIAPN+ e suas consequências psicológicas, destacando problemas como depressão e ansiedade, que são agravados pelo preconceito e exclusão social.

Bento (2018), em seus estudos sobre a trajetória de pessoas trans e LGBTQIAPN+, discute como a ausência de apoio familiar e social durante a adolescência pode resultar em dificuldades de desenvolvimento emocional e social, ela aborda como a LGBTfobia e a exclusão familiar impactam diretamente a construção de identidade e relacionamentos saudáveis, levando ao isolamento e dificuldades de integração social. A falta de suporte durante a faixa etária da adolescência pode resultar em desafios na construção de relacionamentos saudáveis e na integração social, ampliando, assim, os impactos da LGBTfobia.

Facchini e França (2019) comparam o processo de socialização e aceitação que adolescentes LGBTQIAPN+ e adolescentes cisgêneros e heterossexuais vivenciam. Elas destacam como jovens LGBTQIAPN+ frequentemente enfrentam discriminação e rejeição, o que contrasta com o suporte social e familiar recebido por adolescentes cisgêneros e heterossexuais, pois eles costumam vivenciar sua fase de autodescoberta em ambientes que aceitam e incentivam sua identidade, o que facilita sua transição para a vida adulta.

Facchini e França (2019) abordam acerca dessa conjuntura para jovens LGBTQIAPN+ devido à exclusão social e familiar que sofrem, o que atrasa o processo de aceitação e exploração de suas identidades e vivências amorosas e sociais de adolescentes LGBTQIAPN+, pois, muitas das vezes, enfrentam rejeição e discriminação, o que pode levar ao atraso no desenvolvimento de suas identidades enquanto ser social, o que gera barreiras sociais adicionais que retardam tal processo.

Enquanto adolescentes cis heterossexuais podem explorar relacionamentos românticos e desenvolver habilidades sociais desde cedo, muitos jovens LGBTQIAPN+ só começam a vivenciar essas experiências mais tarde na vida, após conseguirem aceitar sua própria identidade, começarem a se expor ao mundo de acordo com ela e, principalmente, construírem ambientes seguros (e com rede de apoio) para isso.

O preconceito e a discriminação são fenômenos que permeiam as interações sociais e impactam profundamente a vida desses indivíduos. Essas expressões de intolerância não apenas geram dor e sofrimento pessoal, mas também, acabam por comprometer a coesão social e o desenvolvimento pleno de uma sociedade justa e equitativa. Portanto, é essencial discutir e entender as diferentes formas de preconceito e discriminação, bem como suas consequências nas vivências dessa população.

Além disso, a discriminação se manifesta através de ações concretas que resultam em tratamento desigual. Discriminação no emprego, por exemplo, pode ocorrer quando uma pessoa é rejeitada em um processo seletivo devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero (Ramos, 2017). Isso não apenas afeta a autoestima e o bem-estar do indivíduo, mas também contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social. Da mesma forma, a discriminação em serviços, como o acesso a atendimento médico ou educação, cria barreiras que dificultam o desenvolvimento e a integração social desses indivíduos.

A homofobia e a transfobia, mais especificamente, também são expressões de preconceito que merecem destaque. Ambas representam a aversão e o medo direcionados a pessoas LGBTQIAPN+, se manifestando através violência, marginalização e negação de direitos. O combate a essas formas de discriminação, especialmente através do aparato técnico e setorial do Estado em sua responsabilidade de Seguridade Social, é fundamental para garantir que essa população tenha acesso aos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, dentro de qualquer espaço sócio ocupacional.

3 AS POLÍTICAS SOCIAIS DESTINADAS A COMUNIDADE LGBTQIAPN+

A Política Social desempenha um papel crucial na promoção da justiça e inclusão social, sendo essencial para o fortalecimento da coesão social e a garantia dos direitos dos cidadãos, especialmente das camadas mais vulnerabilizadas da sociedade. Ela se tornou “um meio possível e legitimado de concretização de direitos de cidadania” (Pereira, 2011, p. 86).

Diante disso, Oliveira e Montefusco (2017) fazem referência ao conceito de Política Social, consistindo na conotação do termo social, o qual expressa fundamentalmente como um princípio para ação. Então, entende-se que, como política da ação, ela visa, mediante esforços organizados e pactuados, atender às necessidades da população, requerendo deliberação e decisão coletiva, regidas pelos princípios de justiça social, amparado por leis impessoais e objetivas.

Faleiros (2015) argumenta que o Estado tem a responsabilidade de assegurar que todos os indivíduos tenham acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, moradia e assistência social. Essa garantia de direitos não é apenas uma questão de justiça, mas também de dignidade humana, pois permite que os indivíduos desenvolvam seu potencial e participem ativamente da sociedade.

Assim, entende-se que as políticas voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+ são fundamentais para garantir o acesso equitativo a serviços sociais, considerando as especificidades e desafios enfrentados por essa população. Como exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT), implementada pelo Ministério da Saúde no Brasil em 2011, busca garantir o acesso universal e igualitário da população LGBT+³ ao sistema de saúde, enfrentando as barreiras e desigualdades enfrentadas por essa comunidade.

Em relação à discriminação, a PNSI-LGBT (2013) reconhece que a população LGBT+ sofre com preconceitos e estigmas dentro do sistema de saúde, resultando em atendimento inadequado e muitas vezes excludente. A discriminação pode se manifestar em várias formas, desde o tratamento desrespeitoso e a negação de serviços até a falta de preparo por parte dos profissionais de saúde em lidar com as necessidades específicas dessa população. Tal política se baseia nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), os quais garantem a cidadania e dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, art. 1.º, inc. II e III), reforçados no objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, art. 3.º, inc. IV).

Primeiramente, é crucial reconhecer que a saúde da população LGBTQIAPN+ abrange não apenas questões físicas, mas também a saúde mental e emocional. Lionço (2009) argumenta que a discriminação afeta a saúde mental da população LGBTQIAPN+,

³ O uso deste termo se trata, apenas, do apontamento da terminologia utilizada na época da composição do texto da política e não de uma redução da comunidade dentro deste trabalho.

contribuindo para altos níveis de ansiedade e depressão. Ela detalha como esses impactos psicológicos são agravados pela exclusão nos sistemas de saúde e pela falta de suporte social. Assim, políticas que incluam serviços de saúde mental adaptados às necessidades dessa população são vitais, exigindo treinamento específico para profissionais de saúde.

Além disso, é imprescindível destacar a necessidade de um atendimento que respeite a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Isso implica, por exemplo, a expansão nos espaços sócio ocupacionais de protocolos que permitam a escolha do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero, criando um ambiente seguro e acolhedor para garantir que pessoas LGBTQIAPN+ tenham seus direitos básicos respeitados e possam acessar serviços essenciais.

Dessa forma, a implementação de políticas sociais de saúde inclusivas para a comunidade LGBTQIAPN+ é crucial para promover a equidade em saúde. Essas políticas devem abordar as especificidades dessa população, garantindo acesso a serviços de saúde física e mental, educação em saúde e um ambiente acolhedor. Com um compromisso coletivo, é possível construir um sistema de saúde que respeite a diversidade e promova o bem-estar de todos os indivíduos.

As políticas sociais também são instrumentos importantes para combater a exclusão social. Muitos LGBTQIAPN+ sofrem discriminação no mercado de trabalho, enfrentando dificuldades para se inserirem profissionalmente devido ao preconceito. Programas de inclusão no emprego, como cotas ou incentivos para empresas que adotam práticas inclusivas, são exemplos de políticas sociais possíveis voltadas para esses sujeitos.

Intrínseco a isso, pessoas LGBTQIAPN+, especialmente jovens, muitas vezes são expulsas de suas casas ou sofrem rompimentos familiares por conta de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Políticas de assistência social, como programas de moradia, acolhimento e apoio psicológico específico, são essenciais para garantir que essas pessoas possam se reintegrar à sociedade e reconstruir suas vidas em um ambiente seguro e livre de violência. Esses serviços podem incluir a criação de abrigos temporários, programas de apoio financeiro e a promoção de redes de suporte para que esses indivíduos não fiquem desamparados diante de situações de vulnerabilidade.

O Serviço Social, através do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), tem pautado este debate na perspectiva da viabilização dos direitos humanos para comunidade LGBTQIAPN+. Menezes e Silva (2017) afirmam que esses profissionais intervêm na realidade destes sujeitos de forma a entender

suas ações, sendo necessário analisar o sujeito em sua totalidade, buscando desconstruir todas as formas de exploração e opressão, contrapondo-se às diversas expressões do preconceito, discriminação, arbítrio e violências simbólicas e físicas. Logo, é importante sinalizar que todo este contexto acontece no processo de atendimento, acompanhamento, intervenção e resolutividade dos casos de LGBTfobia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, entendendo o fenômeno da Adolescência Tardia como o prolongamento das características e comportamentos da fase da adolescência para além de sua faixa etária convencional, bem como relacionando com as especificidades da comunidade LGBTQIAPN+ acerca do desenvolvimento psicossocial de seus integrantes, é possível perceber a pertinência da discussão proposta nesse artigo.

Os atravessamentos dessa caminhada de vida desses sujeitos são, infelizmente, marcados pelas LGBTfobia em suas variadas expressões. Os preconceitos e as discriminações baseados na orientação sexual e na identidade de gênero desses sujeitos acaba por sempre gerar sequelas físicas, emocionais, mentais e sociais que os proporcionam um não-desenvolvimento de seus seres sociais de maneira humana, digna e livre. Tal conjuntura se dá tanto nas relações sociais vivenciadas quanto no acesso e permanência em espaços sócio ocupacionais de nossa sociedade.

Reconhecer o compromisso do Estado com a Seguridade Social de todo e qualquer sujeito da sociedade brasileira, nos permite pensar a Política Social, em seu norte de justiça social e de inclusão social, como um possível meio de proporcionar à comunidade LGBTQIAPN+ o seu acesso equitativo a quaisquer serviços sociais, considerando as especificidades e os desafios enfrentados por seus integrantes.

Dessa maneira, é de suma importância investir, discutir, defender e incentivar políticas sociais específicas à comunidade LGBTQIAPN+, no sentido de promover uma educação inclusiva e a oferta de apoio psicológico que possa auxiliar a reduzir os impactos da LGBTfobia, facilitando uma transição mais saudável e justa para a vida adulta desses indivíduos. Essas ações são essenciais para combater os efeitos prejudiciais das discriminações e preconceitos e para promover a saúde mental e acessos dignos dos serviços sociais da sociedade para esses indivíduos, prevenindo, assim, as dificuldades de desenvolvimento emocional e social.

Assim, entendemos que os programas de atenção à saúde mental; apoio psicológico gratuito e de qualidade; inclusão devida e digna no mercado de trabalho; e, também, o acesso digno e assertivo à Assistência Social, com a defesa intransigente de todos os Direitos Humanos e incentivo à emancipação humana, são apresentados como meios essenciais para minimizar os efeitos da exclusão social gerados pela LGBTfobia (e acentuados, ainda mais, em condições de Adolescência Tardia) e garantir os direitos sociais de qualquer integrante da comunidade LGBTQIAPN+, enquanto sujeitos de direito dentro da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. O que é transexualidade. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p. : il.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). Dissidências sexuais e direitos humanos. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- FALEIROS, José A. O que é política social. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2015.
- HEILBORN, Maria Luiza (Ed.). O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Editora Garamond, 2006.
- HUSSERL, E. Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Introdução geral à fenomenologia pura. Tradução de Marcio Suzuki. São Paulo: Ed. Ideias e Letras, 2006.
- LIONÇO, Tereza. "Saúde, cidadania e homofobia". Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 12, n. 3, p. 325-335, 2009.
- MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. Revista Katálysis, v. 20, n. 1, p. 122-129, jan. 2017.
- OLIVEIRA, S. MONTEFUSCO, C. "Qualquer Semelhança Não é Mera Coincidência": a trajetória das políticas sociais, da lei dos pobres à contemporaneidade. Socied. em Deb. (Pelotas), v. 23, n. 2, p. 26 - 54, jul./dez. 2017
- PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas & questões / Potyara A. P. Pereira. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- RAMOS, Sílvia. "A discriminação no emprego e as políticas de igualdade". In: Diversidade sexual e direitos humanos: desafios contemporâneos. São Paulo: Editora Letramento, 2017.
- SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. DE M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. Estudos de Psicologia (Natal), v. 8, n. 1, p. 107-115, jan. 2003.
- STEINBERG, Laurence. Age of opportunity: lessons from the new science of adolescence. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2014.